

# **AVALIAÇÕES DE LARGA ESCALA E O ENGESSAMENTO DO TRABALHO PEDAGÓGICO: UMA DISCUSSÃO A PARTIR DE VIVÊNCIAS NO PROJETO DE MONITORIA**

Lúcia Helena Santana de Assis <sup>1</sup>  
Thiago Gabriel Arcanjo dos Santos <sup>2</sup>  
Maraiane Pinto de Sousa <sup>3</sup>

## **RESUMO**

O presente trabalho tem por objetivo discutir as avaliações em larga escala e sua relação direta com o engessamento do trabalho pedagógico, a partir de vivências no projeto de monitoria da disciplina de Organização Escolar Brasileira do curso de Pedagogia da UFPE. Assim tencionamos a discussão: quais as limitações do trabalho pedagógico ocasionadas pelas avaliações em larga escala? Para tanto, apresentamos o movimento de reformas na educação, o Estado Avaliador, bases formativas e controle do trabalho docente como dispositivos de exercício do viés empresarial. Metodologicamente, este estudo possui abordagem qualitativa, bibliográfica e exploratória. As análises deste trabalho apontam o engessamento do aspecto pedagógico em sala de aula, que pode ser percebido pelo direcionamento do trabalho docente para disciplinas específicas, como língua portuguesa e matemática em detrimento das questões sociais e artísticas também previstas no currículo. Além disso, aspectos culturais não são colocados em evidência, visto que a pressão voltada para as avaliações em larga escala limitam as metodologias utilizadas na prática pedagógica, que por muitas vezes voltam-se para atividades que focalizam apenas aspectos cognitivos, desconsiderando a socialização, desenvolvimento da criatividade e autonomia dos estudantes. Destarte, observamos o enfraquecimento de orientações estabelecidas na LDB (Lei 9.394/96), que prevê a exibição de filmes de produção nacional por no mínimo 2 horas semanais, valorização da cultura e promoção da cidadania na perspectiva crítica, reflexiva e emancipatória.

**Palavras-chave:** Trabalho Pedagógico, Avaliações de Larga Escala, Engessamento, Monitoria

## **INTRODUÇÃO**

O presente trabalho parte da experiência no projeto de monitoria na disciplina de Organização Escolar Brasileira (OEB), do Curso de Pedagogia Presencial, da Universidade Federal de Pernambuco. Dessa maneira, o seu desenvolvimento ocorreu a partir da participação em sala, juntamente com a professora responsável, leitura dos textos da disciplina e acompanhamento com os(as) alunos(as) nos proporcionou

---

<sup>1</sup> Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, santana.assis@ufpe.br;

<sup>2</sup> Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, thiago.gabriel@ufpe.br;

<sup>3</sup> Mestre e Doutoranda em Educação da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, Professora da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, maraiane.s@outlook.com;

dialogar diretamente com o universo docente. Observamos que a metodologia adotada nas aulas, além de expositiva e dialógica, contou com a inserção da arte através de músicas, filmes e audiovisuais para a discussão dos textos referenciais, bem como a relação entre esse material e a realidade vivenciadas pelos alunos em sala com foco na problematização acerca da educação básica pública brasileira.

Assim, ao debatermos os movimentos de avanços e rupturas em torno da educação, sua organização, princípios, finalidades e objetivos, observamos que, historicamente, a educação concentrou-se como um território em disputas (Arroyo, 2011). E muitas reformas foram promovidas no que se refere a composição dos níveis educacionais, educação básica e ensino superior. Isso ocorreu através de políticas educacionais de currículo, avaliação, formação de professores(as), financiamento, acesso e permanência. No entanto, dado ao contexto histórico da educação, há o centramento das políticas educacionais ao Estado, que teve o seu papel também reformado a partir da década de 1990, com mais ênfase no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e a “sintonia do país com a agenda de organismos internacionais” (Vieira e Farias, 2011, p.197).

Ademais, essa cinesia contou com as orientações elaboradas da Conferência Mundial de Educação Para Todos que ocorreu em Jomtien. Após o Brasil acenar para as orientações das organizações multilaterais e documentos como a Declaração Mundial sobre Educação Para Todos e o Relatório Delors, as políticas educacionais e documentos normativos como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, (LDBEN), receberam forte influência. E o Estado também recebeu atenção reformista, sob a figura de Bresser Pereira e o desenvolvimento do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. O papel do Estado passou de provedor de bens e serviços e direitos sociais para o Estado Avaliador.

Na educação há mais foco nas avaliações em larga escala em detrimento da formação humana e cidadã. Esse movimento adentrou na escola com demandas e controlando o trabalho docente pela valorização exacerbada e na busca para aumentar os índices das escolas nestas avaliações. No entanto, é sabido no campo educacional, que a qualidade da educação depende de fatores externos à sala de aula, como a estrutura adequada para o processo educativo e de aprendizagem, condições dignas de trabalho, gestão democrática, maior financiamento e questões também que estão fora da escola.

Houve avanços e rupturas na organização escolar brasileira, mas a influência neoliberal adentrou no país com FHC e permaneceu a partir das reformas nas políticas

educacionais. Podemos visualizar isso a partir de 2016, com o golpe jurídico, midiático e parlamentar, que destituiu a presidenta Dilma Rousseff e instituiu Michel Temer como presidente interino. E a educação mais uma vez foi palco de reformas, com a elaboração e instituição da Base Nacional Comum Curricular em 2017, aprovada em tempo exíguo e com pouco diálogo com as entidades representativas, sindicatos, universidades e estudiosos da área. A sua elaboração contou com o trabalho de instituições privadas como o Instituto Lemann, através do Movimento Todos Pela Educação e Movimento pela Base, plataformas mantidas e financiadas pelo setor privado. A partir desse cenário de instabilidade política no país, os intentos reformistas foram concentrados na educação. Posteriormente há a proposição para a reforma do Novo Ensino Médio (NEM), assim como a instituição da Base Nacional Comum para a Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-F) em 2018.

Embora essas reformas tenham como foco o currículo, os argumentos utilizados para a sua elaboração foram fortemente relacionados com o objetivo de melhorar os índices educacionais nas avaliações de larga escala. Para tanto, há desconsideração com a realidade das escolas de educação básica pública do país, que necessitam de mais atenção financeira e pedagógica e não de mais demandas distantes das suas necessidades reais, bem como intensificam o controle do trabalho docente e a retirada de autonomia, visto que estes(as) profissionais são direcionados para o aumento dos índices nas avaliações em larga escala. Essas discussões estiveram presentes na disciplina de OEB, em que os(as) estudantes relataram o condicionamento da formação para essas avaliações e para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Dessa forma, elencamos como objetivo geral: discutir as avaliações de larga escala e sua relação direta com o engessamento do trabalho pedagógico. E especificamente: a) discutir o movimento de reformas da educação brasileira; b) analisar a influência neoliberal na educação e c) discutir as implicações das avaliações de larga escala no processo pedagógico. Para isso, tencionamos a discussão: quais as limitações do trabalho pedagógico ocasionadas pelas avaliações de larga escala?

A seguir, iremos aprofundar a discussão sobre o Estado, a reforma empresarial da educação, avaliações e apresentar as percepções a partir do projeto de monitoria na disciplina de OEB. Para tanto, utilizaremos a fundamentação teórica para as análises e compreensão do engessamento do trabalho pedagógico.

## **METODOLOGIA**

O presente artigo utiliza abordagem qualitativa, no formato de pesquisa bibliográfica e exploratória. A opção pela abordagem qualitativa se justifica pela necessidade de compreender de forma profunda os impactos das avaliações em larga escala sobre o trabalho docente, permitindo uma análise contextualizada e interpretativa. A natureza bibliográfica do estudo envolve a revisão de literatura e análise de vivências práticas da monitoria, com o intuito de identificar as principais discussões e perspectivas acerca do movimento de reformas educacionais, do Estado Avaliador e dos dispositivos de controle do trabalho docente que ratificam o viés empresarial na educação.

A fase exploratória foi conduzida com base em vivências obtidas no projeto de monitoria da disciplina de Organização Escolar Brasileira, ofertada pelo curso de Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Essas experiências permitiram uma análise crítica dos impactos das avaliações de larga escala nas práticas pedagógicas, permitindo visualizar as limitações que essas avaliações impõem ao planejamento e execução do trabalho dos professores. As observações foram analisadas de maneira a identificar como o engessamento pedagógico se manifesta na priorização de determinadas disciplinas em detrimento de áreas como cultura, cidadania e expressão artística, conforme previsto pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96).

Essa metodologia permite não apenas a compreensão teórica sobre as influências das avaliações em larga escala, mas também uma análise crítica e fundamentada nas práticas cotidianas, enriquecendo o entendimento das limitações impostas ao trabalho pedagógico e das consequências para a formação integral dos estudantes.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **1. ESTADO E A REFORMA EMPRESARIAL DA EDUCAÇÃO**

Na contemporaneidade, o Estado avaliador pensa a escola enquanto reprodutora das demandas do mercado, com uma gestão produtivista, sendo consideradas escolas de qualidade aquelas que apresentam resultados que representam os índices e dados

quantitativos. Para que a comparação e avaliação desses resultados sejam realizados, a padronização é uma das exigências constantes, viabilizada principalmente por meio das avaliações estandardizadas, com um currículo e formação de professores em nível mundial (Maués, 2011). Assim, a cultura da performatividade e resultados que ronda o ambiente escolar, é interiorizada e segundo o autor “tende a expor à sociedade mais as falhas da escola do que os acertos” (Maués,2011).

Um dos aspectos importantes na função que o Estado assume de avaliador é o movimento de “accountability”, marcada pela prestação de contas à sociedade e a responsabilização, onde se ausenta na atuação e intervenção e responsabiliza a própria escola sendo representada pelos gestores no fracasso ou sucesso escolar, que é naturalizado por meio dos bônus e recompensas que servem de reforço para que a escola assuma a busca incessante pela eficiência e resultados. É fulcral ressaltar que o conceito de qualidade da educação também é modificado nessa nova lógica de Estado, inferiorizando os aspectos qualitativos dos estudantes, desconsiderando que os sujeitos são integrais (biopsicossociais) e os colocando em um espaço de produção de resultados também sendo responsáveis pela sua própria ascensão, havendo a naturalização do fracasso escolar, onde “nem todos conseguem aprender”, “nem todos vão conseguir”.

## **2. AVALIAÇÃO: ACOLHIMENTO, DIAGNÓSTICO E TOMADA DE DECISÃO**

A avaliação é por sua natureza a utilização de instrumentos que pretendem melhorar o objeto que está sendo avaliado, assim como o seu processo de aprendizagem. É um processo ativo, onde dá-se valor ou qualidade a algo ou melhor, a alguém (Von Dentz, 2014), sendo assim, é primordialmente um processo qualitativo, comprometido com a melhoria. No entanto, as disputas em torno do que a avaliação significa e no que se compromete é alvo de disputas e interesses e principalmente quando esse sentido é voltado para a escola e para os sujeitos que estão em processo de formação, visto que há um projeto de sociedade em jogo em todo esse processo. o conceito de avaliação não é fixo, “incorrem nele influências, disputas e invasões” (Von Dentz, 2014, p. 03), assim percebe-se a dimensão política e ideológica da avaliação.

Para que o conceito de avaliação seja percebido na prática do contexto escolar, é necessário que entenda-se a importância da sua utilização, sendo necessária a diferenciação da verificação.

### **3. OS MECANISMOS DE ENGESSAMENTO DO TRABALHO DOCENTE**

Brandão mostra, em sua obra "O que é educação"(1981), que entende-se por educação um processo amplo e crítico, que aborda aspectos sociais, culturais e políticos, prezando pela liberdade e pela construção de uma consciência questionadora, além de ser uma jornada coletiva onde a participação ativa dos envolvidos é essencial.

A partir do momento em que ocorre a transformação da Educação - e do próprio Estado - em um produto com base nos moldes e padrões do modelo empresarial, modelo este amplamente perpetuado e idealizado no neoliberalismo, observam-se também as alterações na forma de organizar a educação e o espaço escolar: cada vez mais os modelos de gestão empresarial são entendidos como necessários para o funcionamento do espaço escolar.

Como colocado por Bonamino e Sousa (2012, p.373), ao destinar “a preocupação dos diretores e professores em preparar seus alunos para os testes, levando ao estreitamento do currículo escolar” vê-se um esvaziamento da diversidade dos temas que devem ser abordados na escola. Tem-se dessa maneira, um sistema escolar que não educa seus alunos para uma ampla e completa formação cidadã e profissional, mas sim, que educa com o único objetivo de atingir os resultados esperados pelas avaliações de larga escala.

Com uma análise adequada, é possível observar que o modelo educacional atual atende, de forma clara, os critérios da boa gestão definidos por Castro (2011), pois de acordo com Freitas (2018), a equiparação se dá com a “padronização através de bases nacionais curriculares (etapas 1 e 3), testes censitários (etapas 2 e 4) e responsabilização verticalizada (etapa 5)”.

Ainda segundo Freitas (2018, p. 78) “A lógica esperada é que, definindo o que se deve ensinar, a escola saberá o que ensinar, os testes verificarão se ela ensinou ou não, e a responsabilização premiará quem ensinou e punirá quem não ensinou”. Esta definição transparece exatamente como é o funcionamento atual da Educação e esta padronização, defendida e reverenciada pelo neoliberalismo, compromete profundamente o trabalho, a liberdade e a capacidade docente, resumindo a escola a um local onde um script é seguido, sem possibilidade de outros modelos de desenvolvimento, que não os determinados pelo sistema.

Esse formato de “recompensar e punir” não oferece benefícios para o processo educacional e reduz consideravelmente as possibilidades de atuação dos docentes, assim como limita o desenvolvimento dos alunos.

As avaliações de larga escala surgem como mecanismo de controle e engessamento do trabalho docente, metamorfoseando a escola para uma realidade empresarial, sendo a educação, por sua vez, transformada em um produto a ser vendido/comprado.

A partir do momento em que a Educação deixa de ser um direito garantido pelo Estado e passa a se tornar um serviço para aquisição, fica estabelecida a “Mercantilização da Educação”, dentre outras das consequências descritas por Giroux (2017), além da instituição de cada vez mais políticas de privatização.

Considerando este “novo formato” de organização, entram em cena diversos mecanismos de padronização e controle, para garantir que todas as instituições educacionais sigam as definições e apresentem os resultados desejados.

A educação tendo entrado no mercado de commodities, precisa ter certa padronização que assegure a competitividade e uma mão de obra que possa responder aos apelos dos mercados internacionais. Assim, alguns organismos internacionais defendem a realização de exames em larga escala, padronizados, externos (MAUÉS, 2011, p. 3).

#### **4. RELATOS DE EXPERIÊNCIA DA MONITORIA DE ORGANIZAÇÃO ESCOLAR BRASILEIRA**

Ao longo da monitoria, diversas experiências foram vividas e percepções ocorreram no desenvolvimento da disciplina. Mesmo contando com assuntos densos e conteúdos complexos, principalmente ao considerarmos ser uma disciplina oferecida no primeiro período do curso de Pedagogia, a escolha da abordagem e a sua condução ocorreram de forma a convidar e envolver os(as) alunos(as), convocando a participação de todos de forma coletiva e promovendo debates, reflexões e análises envolvendo os temas e a realidade vivida pelos estudantes dentro do ambiente escolar.

A utilização de recursos audiovisuais foi um ponto extremamente importante para complementar os assuntos da disciplina, com isso foi possível promover maior envolvimento dos(as) estudantes com os temas em questão, aproximando e contextualizando a realidade dos estudantes com situações e contextos políticos, por exemplo.

Ao longo do período, dentre as mídias trabalhadas nas abordagens de conteúdos e nas atividades, foram trabalhadas músicas como “Gente”, de Caetano Veloso, e “Espelho do Poder”, do Conde (cantor pernambucano, de grande representatividade no cenário do Movimento Brega, que desde 2021 é um patrimônio cultural e imaterial do Recife). Foi notável a surpresa dos alunos ao se depararem com uma atividade onde deveriam ouvir músicas como parte dos conteúdos a serem analisados para gerar uma síntese. Nota-se a falta de familiaridade com abordagens além da tradicional, e isso é reflexo do modelo atual existente na educação básica, que deixa de lado o uso de recursos audiovisuais como parte da construção do aprendizado.

Ao longo dos debates sobre os textos em sala de aula, houveram relatos de estudantes que vivenciaram, ao longo da sua jornada na educação básica, a precarização precedentemente descrita do sistema educacional brasileiro na atualidade: desde a concentração de esforços apenas em disciplinas específicas como língua portuguesa e as de ciências exatas, enquanto o exercício do senso crítico e questionador era quase que completamente descartado no processo de aprendizagem, até mesmo a falta de estrutura física e de utilização de elementos diversificados para trabalhar os conteúdos previstos no programa de ensino.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A experiência da monitoria, assim como o presente trabalho, permitiram uma profunda reflexão e avaliação sobre a dinâmica da educação pública no Brasil, principalmente em relação às reformas neoliberais e avaliações de larga escala e como estas influenciam as questões pedagógicas. Ter a vivência em sala de aula, estando na posição de docente, concretizou a visão de que uma metodologia baseada no diálogo e incentivo à participação dos alunos, associada à utilização dos recursos audiovisuais, possibilitou uma experiência muito mais completa e rica, onde foi possível conectar de maneira mais palpável a teoria e a prática, analisando as realidades e engajando os estudantes de maneira mais consistente.

Conforme discutido neste artigo, percebe-se que nas últimas décadas as políticas educacionais implementadas destinam seu foco para um modelo padronizado e que visa a produtividade enquanto desconsidera a construção do pensamento crítico e a formação plena dos estudantes. O conceito e movimento de “accountability”, que responsabiliza as escolas e seus profissionais pelo sucesso ou fracasso educacional, quase sempre



desconsidera as condições reais em que estes atuam, criando um ambiente hostil e implacável para a educação.

É urgente repensar as políticas educacionais, além de garantir e incentivar diálogos mais efetivos em todas as esferas da educação, assegurando uma formação de professores e alunos que não se limite a atender às exigências de um mercado totalmente moldado com base empresarial, mas que busque, acima de tudo, a estruturação de uma sociedade mais diversa, justa e igualitária. A análise crítica e a valorização de abordagens inovadoras na educação são passos fundamentais para superar o cenário e os desafios atuais, para promover uma verdadeira transformação na educação brasileira.

## **REFERÊNCIAS**

AMARO, Ivan. Avaliação em larga escala e trabalho docente: da lógica efficientista à lógica contrarregulatória. *Educação & Sociedade*, v. 39, n. 142, p. 823-846, 2018.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é educação*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CAETANO, Maria Raquel; COSTA, Marilda de Oliveira. Gerencialismo, internacionalização da educação e o papel da Teach For All no Brasil. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, v. 36, n. 1, p. 65-84, 2020.

CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo. *Administração gerencial: a nova configuração da gestão da educação na América Latina*. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

COELHO, Maria Inês de Matos. *Vinte anos de avaliação da educação básica no Brasil: aprendizagens e desafios*. Brasília: MEC, 2017.

CARVALHO, Elma Júlia Gonçalves de. *Reestruturação produtiva, reforma administrativa do Estado e gestão da educação*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2016.

FREITAS, Cláudia. *A reforma empresarial da educação*. São Paulo: Cortez, 2015.

GIROUX, Henry A. Trump's neo-Nazis and the rise of illiberal democracy. \*Tikkun\*, Durham, v. 32, n. 2, p. 9-15, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1215/08879982-3857984>. Acesso em: 27 out. 2024.

MAUÉS, Olgaíses Cabral. As políticas educacionais e o sistema de avaliação. São Paulo: Autores Associados, 2010.

SCHNEIDER, Marilda Pasqual; RIBEIRO, Eline Renilde de Oliveira. Contornos do Estado avaliador no Brasil. São Paulo: Papirus, 2018.

SHIROMA, Eneida Oto; EVANGELISTA, Olinda. Avaliação e responsabilização pelos resultados: atualizações nas formas de gestão de professores. Cadernos de Pesquisa, v. 50, n. 177, p. 292-311, 2020.

SOUZA, Ângelo Ricardo de. A teoria da agenda globalmente estruturada para a educação e sua apropriação pela pesquisa em políticas educacionais. Educação e Pesquisa, v. 45, e20209517, 2019.